

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi com estupefação que a população de Mondim de Basto recebeu a notícia da decisão unilateral por parte do Conselho de Administração dos CTT do encerramento da única estação de correios do concelho, passando alguns dos serviços postais a ser prestados numa papelaria que dista cerca de meio km desta estação.

O fecho da única estação de correios num concelho com uma população envelhecida e que recorre aos serviços dos CTT para a gestão das suas poupanças e recebimento de reformas lesa e prejudica o acesso da população, das suas organizações e das suas empresas a um importante serviço público de proximidade, não só desta vila, mas também das freguesias de todo o concelho que dele se servem.

Esta decisão constitui, aliás, o culminar de uma progressiva degradação da qualidade na prestação de serviço de distribuição postal, nomeadamente a repetição e acumulação de atrasos e uma crescente dificuldade de acesso aos vários serviços. E prejudica de sobremaneira um concelho do Interior como Mondim de Basto, onde a ausência de transportes públicos regulares e eficientes limita fortemente a procura de soluções alternativas por uma população de poucos recursos económicos.

Não podemos, por isso mesmo, deixar de manifestar a nossa profunda indignação por esta injustificável decisão e de exigir do Governo o seu cabal esclarecimento.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas através de V. Exa., o seguinte

- 1 - Se o Governo tem conhecimento desta situação? Se sim, quando teve conhecimento da decisão de encerrar aquele posto de correios?
- 2 - Quais os critérios que estão por detrás desta decisão?
- 3 - Considera o Governo que as decisões destes encerramentos colocam em causa ou violam o contrato de serviço postal universal existente em a empresa CTT e o Estado português?
- 4 - Está ou não o Governo disponível para sensibilizar os CTT para a necessidade de revogar esta decisão ou para procurar uma solução alternativa que atenuar os prejuízos do encerramento?

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2018

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)